

GDF - SE - FEDF
Departamento de Pedagogia

Cadernos da ESCOLA CANDANGA

Série Diretrizes Operacionais Nº 2

PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO

- Governo do Distrito Federal
 - Secretário de Educação
 - Diretoria Executiva da Fundação Educacional do DF
 - Departamento de Pedagogia
 - Divisão de Ensino Fundamental
 - Divisão de Ensino Médio
 - Divisão de Apoio Escolar
 - Divisão de Ensino Especial
 - Divisão de Educação Ambiental e Cultural
 - Unidade de Educação de Jovens e Adultos
 - Centro de Recursos Tecnológicos
 - Centro de Educação Física e Desporto Escolar
 - Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro
 - Divisão Regional de Ensino de Ceilândia
 - Divisão Regional do Gama
 - Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante
 - Divisão Regional de Ensino de Planaltina
 - Divisão Regional de Ensino de Sobradinho
 - Divisão Regional de Ensino de Taguatinga
 - Divisão Regional de Ensino do Guará
 - Divisão Regional de Ensino de Brazlândia
 - Divisão Regional de Ensino de Samambá
 - Coordenadoria Pedagógica-administrativa de Santa Maria
 - Coordenadoria Pedagógica-administrativa do Paranoá
 - Assessoria do Departamento de Pedagogia
- Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque*
 - Antônio Ibañez Ruiz*
 - Jacy Braga Rodrigues*
 - Inês Bastoni*
 - Isabel Cristina Martinho de Assis*
 - Gilmar de Souza Ribeiro*
 - Júlia Maria Rebelo Mandarino*
 - José Rafael Miranda*
 - Vera Margarida Lessa Catalão*
 - Nelsa de Souza*
 - George Hideyuki Kuroki*
 - Roberto Liao Júnior*
 - Maria Adélia Nunes Pignatello*
 - Orlando Oliveira Alencar*
 - Maria Alcina dos Santos Veloso*
 - Kátia Franca Vasconcelos*
 - William César de Andrade*
 - Maria da Conceição Barroso da Graça*
 - Maria Lúcia Vieira*
 - Márcia Castilho de Sales*
 - Janduy Procópio Leite*
 - Dorcas de Castro*
 - Mauro Gleisson de C. Evangelista*
 - Ana Lúcia Rocha Cubas*
 - Carlos Ramos Mota*
 - Maria das Graças M. P. de Carvalho*
 - Najla Veloso Sampaio Barbosa*

Ficha técnica

- Pesquisa e texto: Equipe do Departamento de Pedagogia
- Comissão de Revisão:
 - Articléia Ribeiro do Nascimento - Divisão de Ensino Fundamental
 - Brasileira M. M. Ferreira - Divisão de Ensino Fundamental
 - Carlos Ramos Mota - Departamento de Pedagogia
 - Enilda Manuela R. Moutela - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
 - Ivanildo Amaro de Araújo - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
 - João V. M. de Ouro Fino - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
 - Kleber Chagas Cerqueira - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
 - Marcia Pacifici Rangel - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
 - Maria Aparecida Silva - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
 - Maria de Fátima Nunes Pereira - Divisão de Ensino Fundamental
 - Osamunda Rodrigues Costa - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
 - Rosane Flemonete Tufenkjian - Divisão de Ensino Fundamental
- Projeto gráfico: Masanori Ohashi - SPVI / Centro de Recursos Tecnológicos
- Capa: Ilmoncio A. de P. Oliveira (Linha)
- Fotolito: Hélio José Miliano de Jesus - DGA/DSG/Gráfica
- Impressão: José de Sousa Camilo - DGA/DSG/Gráfica
- Ficha Catalográfica: Elaborada pela Seção de Bibliotecas Escolares e Comunitárias/CRT

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL. DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA.

Projeto Político-Pedagógico da Escola Candanga. 2ª edição. Brasília, 1997
24 p. (Cadernos da Escola Candanga: Diretrizes Operacionais, 2)

I. Educação - Diretrizes - DF I. Título II.Série

CDU: 37.01 (817.4)

1ª edição 1996
2ª edição 1997

ÍNDICE

7
O Projeto Político-Pedagógico
da Escola Candanga

12
Construindo nosso Projeto
Político-Pedagógico

20
Elementos para construção do
Projeto Político-Pedagógico

23
Conclusão

24
Bibliografia

O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DA ESCOLA CANDANGA

A princípio, podemos argumentar que toda ação humana é intencional. Ao contrário do mundo natural, a sociedade é resultado da ação do homem, no sentido de transformar a natureza, adaptando-a às suas necessidades. A sociedade, a história humana são processos; daí podemos afirmar que a sociedade é dinâmica. E mais, é com base na realidade presente que, intencionalmente, podemos projetar a construção da realidade futura.

Nesse sentido, entendemos que nosso projeto pedagógico insere-se no vislumbrar desse vir-a-ser, na construção de uma prática pedagógica que surja de uma reflexão da sociedade que temos, para a partir dela, projetarmos a sociedade que queremos.

O projeto estabelece um rumo, uma direção, um sentido explícito, com o compromisso definido coletivamente e se constitui em um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. Objetiva eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo

com a rotina do mando impessoal e burocratizado que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentados da divisão do trabalho, que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

O projeto político-pedagógico busca assim, a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade, o que significa resgatar a sua escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo fundado na reflexão coletiva.

Ora, se a definição etimológica de pedagogia é conduzir, guiar, orientar, sabe-se que essas ações não se fazem sem direção, portanto, sem intenção. Daí, poderemos indagar: **Em que direção estamos caminhando? Aonde queremos chegar?**

Certamente, em sintonia com os princípios norteadores da Escola Candanga, estamos caminhando no sentido de impulsionar a vivência da prática democrática, e a escola surge como instância privilegiada dessa vivência. A escola deve ser o lugar, por excelência, onde a circulação das idéias, no sentido de uma total abertura, seja uma realidade. A escola deve ser também um lugar onde a reflexão e o debate acerca da prática pedagógica sejam uma atividade constante. Assim, os conflitos não devem ser escamoteados, mas precisam vir à luz para serem trabalhados e equacionados na busca do objetivo comum maior: que a prática educativa conduza o educando no sentido de fornecer-lhe instrumentos teórico-práticos, dentro de uma visão crítica da realidade, para que o mesmo possa construir a sua história. Só assim poderemos chegar a uma sociedade mais humanizada, em que as pessoas se sintam participantes e responsáveis pela construção de sua felicidade e, conseqüentemente, pela construção de um mundo que não seja só seu, mas que se insira num projeto coletivo.

Para se trabalhar na direção dessa política educacional, faz-se necessária a elaboração de um projeto político-pedagógico transformador, que resulte da compreensão da realidade vivenciada pela escola.

É preciso, portanto, avançar na reflexão acerca dos problemas que tal realidade nos impõe. Faz-se necessário procurar, coletivamente, as respostas e ter coragem para superar os conflitos, o que implica ação política, tomada de decisão, enfim, a adoção de atitudes direcionadas para a transformação das atuais condições sociais.

Nesse sentido, é necessário partir de pressupostos de uma teoria pedagógica crítica, que parta da prática social e esteja comprometida em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola.

Se, por um lado, nos manuais e tratados de pedagogia, a teoria está posta, sabe-se que esta não se aplica a qualquer realidade, a não ser que se queira submeter a realidade a um modelo teórico pré-estabelecido, o que seria um equívoco. Mas, sabemos que a teoria nasce da prática e a ela sempre retorna em busca de novas orientações e subsídios de que se nutre em seu percurso. Por isso, a prática constitui-se em referencial para a validação da teoria.

Do exposto acima, conclui-se que nenhuma concepção de educação é formulada em abstrato, porque ela está sempre relacionada a uma concepção de sociedade e de homem, constituindo-se em prática constituída.

Clarificar essa concepção constitui ponto fundamental para identificar o modelo de sociedade que estamos contribuindo para conservar ou, pelo contrário, da sociedade que estamos trabalhando para construir. Até porque, sendo a educação uma prática social mediadora, esta ação pode acontecer tanto em direção à conservação das relações sociais quanto em direção à transformação dessas relações que se

efetivam dentro da atual formação da sociedade brasileira.

Essa consciência nos conduz a eleger a educação como parte integrante na constituição e expressão da cidadania, incorporando o ato político à totalidade do processo pedagógico.

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico caracteriza-se por privilegiar o trabalho coletivo, a participação, a luta, a ousadia frente aos desafios das mais diversas ordens - sociais, políticas, econômicas, etc., preconizando um futuro que, ao invés de pré-concebido, pré-determinado, está sendo agora construído.

Tal situação traz como conseqüências a discussão, a incerteza, a quebra de defesas, porque diante dela ergue-se, como elemento indispensável a uma ação pedagógica conseqüente, a necessidade da troca de idéias e da experimentação e da mudança de atitudes frente ao processo educativo.

Tomar como eixo da discussão pedagógica os pressupostos da Escola Candanga, significa compreender que a escola é parte da sociedade e, como tal, reflete as contradições e conflitos inerentes à formação social da qual faz parte.

Saber que a escola guarda estreita relação com a sociedade, entender que, no Brasil, essa relação se dá numa sociedade capitalista, excludente e, apesar desses fatos, eleger o acesso escolar e a permanência do aluno na escola, a qualidade da educação e a gestão democrática como metas prioritárias já supõe uma opção política educacional. Por isso, torna-se necessário identificar esferas de ação e intenção, desafio para todos os educadores comprometidos com outro sentido da prática pedagógica.

Enfim, um projeto político-pedagógico em sintonia com tais propósitos pressupõe uma ampla e radical democratização das relações que ocorrem no interior

da escola, no sentido de se romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Ele busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho, pelos educadores, em direção à socialização do poder de decisão dentro da escola.

CONSTRUINDO NOSSO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO

Mas, afinal, o que é um projeto político-pedagógico?

Um projeto nada mais é do que a atividade de pensar a ação. Esta é mais uma característica do homem: a capacidade de projetar suas ações no tempo, de antecipar, teoricamente, a realização das atividades necessárias para a execução de suas obras.

Nesse sentido, a ação pedagógica é sempre intencional, ou seja, não se faz educação sem direção, sem intencionalidade, sem planejamento.

Assim, para construirmos nosso projeto político-pedagógico precisamos nos perguntar:

■ **Qual a direção que queremos dar à nossa prática pedagógica?**

Se entendemos que nossa prática pedagógica acontece na escola, e que esta é uma instituição social, portanto, uma instituição integrante de uma

determinada sociedade, deparamo-nos com outras questões:

■ **Que sociedade é essa? Qual a importância dessa compreensão da sociedade para o projeto político-pedagógico da escola?**

É preciso, pois, propor respostas para estas questões, levando-se em consideração os aspectos de organização do trabalho pedagógico, a organização curricular, o redimensionamento do tempo e do espaço escolares, o processo de avaliação e as relações interpessoais na escola e da escola com a comunidade.

E como podemos construir um projeto político pedagógico para a nossa escola?

A princípio, é preciso dizer que não existe uma "receita" para a construção de um projeto político-pedagógico que sirva de modelo para todas as escolas. Cada escola está inserida em um contexto próprio o qual exige ações e decisões a partir deste contexto. O importante é a identificação da escola com a comunidade local, pois só assim será possível a proposição de alternativas que viabilizem o êxito do trabalho pedagógico da escola.

Podemos, entretanto, fornecer alguns elementos articuladores necessários à elaboração do Projeto Político Pedagógico. A Escola Candanga aponta os seguintes requisitos básicos:

1) Em relação ao contexto

Faz parte da proposta da Escola Candanga proceder a uma ampla análise do contexto para a elaboração do projeto político-pedagógico de cada escola, no sentido de imprimir nestas escolas um caráter verdadeiramente público e popular. É preciso fazer uma leitura da escola, levando-se em consideração a realidade na qual está inserida para, a partir daí, estabelecer a pertinência das práticas pedagógicas a

serem utilizadas, partindo da cultura local, para posteriormente, inserir-se a escola na realidade cultural mais ampla. Isso porque a escola não pode estar distante das perspectivas de vida e da cultura local. É imprescindível, nesse sentido, criar canais de participação efetiva da comunidade, por meio de atividades que levem pais, alunos, professores e servidores a perceberem que podem vir à escola para falar, expressar, opinar e não apenas para ouvir e perguntar, conquistando assim uma participação cada vez maior e mais expressiva da comunidade em relação ao projeto da escola.

Tais considerações por parte da comunidade envolvida, devidamente refletida e considerada pelos profissionais da educação vão sendo acrescentadas ao projeto político-pedagógico por meio de um processo contínuo de construção coletiva. Porque, para a Escola Candanga, cidadania e democracia são conquistas que se efetivam por meio da participação, do compromisso e da responsabilidade individual e coletiva pela coisa pública.

Valorizar e incentivar a participação democrática resultam, não da competição, mas da cooperação e da busca de uma nova qualidade de ensino geradora de valores éticos e humanistas, rumo à socialização do saber historicamente produzido.

2) A construção de parcerias

A construção de parcerias, quando possível, é importante porque a escola precisa abrir-se para obter a colaboração de outras instituições e setores da sociedade, tanto em nível governamental quanto não-governamental.

Um exemplo dentre tantos outros, de construção de parcerias é a integração da escola a programas de pesquisa das universidades inserindo os professores no processo de reflexão sobre suas próprias práticas, fornecendo-se, assim, os elementos para a

reestruturação dessas mesmas práticas.

3) A organização do trabalho pedagógico

O projeto político-pedagógico deve prever espaço para reuniões e estudos. Estas reuniões são destinadas à reflexão sobre a função social da escola, colocando-se em evidência o seguinte:

- a) a ação pedagógica centrada na construção de cidadãos conscientes, críticos, participativos e capazes de atuar no meio em que vivem;
- b) a capacidade político pedagógica do professor, referindo-se a prática de sua própria cidadania;
- c) a adequação política do material didático (até que ponto este material é capaz de ajudar o aluno a construir o sentido de sujeito do próprio desenvolvimento?);
- d) a convivência criativa entre escola e comunidade - que a escola seja um espaço privilegiado de discussão, formação e crítica da cidadania;
- e) o resgate da historicidade, que devolve aos sujeitos o poder da palavra espontânea e consciente;
- f) a sala de aula como espaço que transcenda os limites da escola, atingindo, também a comunidade;
- g) a necessidade de se levar em consideração os elementos culturais e valorativos, presentes nas práticas sociais;
- h) levar em consideração as formas como os sujeitos produzem sua existência (trabalho e lazer), geradoras do saber popular, que, articulada ao conteúdo escolar, promovem o desenvolvimento da cultura, o que permite aos sujeitos vislumbrarem melhores condições de vida por intermédio da participação e constituindo-se em exercício da cidadania.

Nesta perspectiva, a proposta pedagógica Escola Candanga: Uma Lição de Cidadania enfatiza que os trabalhadores em educação que não desenvolvem um diálogo horizontal sobre o seu fazer pedagógico

tendem a uma visão parcial, truncada do processo de trabalho, perdendo a possibilidade de controle sobre esse processo.

4) Relações interpessoais na escola

As relações interpessoais na escola buscam valorizar e incentivar as relações de solidariedade em seu cotidiano, superando o autoritarismo que caracteriza a organização disciplinar na maioria das escolas. Essa tarefa é difícil, uma vez que os sujeitos do processo ensino-aprendizagem passarão a operar com valores e idéias diferentes daquelas estabelecidas verticalmente, herdeiras de uma educação autoritária e hierarquizada. Os sujeitos desse processo, são chamados, agora, à participação responsável e comprometida, frente aos desafios e contradições presentes no ambiente escolar. Por outro lado, a forma de organização espontânea e afetiva que se observa no refeitório, na secretaria, no pátio ... demonstra que as atitudes democráticas são incorporadas com muito mais eficácia por meio das relações amplas estabelecidas no ambiente escolar, evidenciando, assim, a importância para o êxito do projeto político-pedagógico, de um ambiente escolar democrático, prazeroso, espontâneo e afetivo, na construção da escola que queremos.

5) Organização curricular

Além dos componentes curriculares formais, o Projeto Político-Pedagógico prevê a inclusão de temas transversais - como assinala a Escola Candanga que perpassam não apenas pelos vários campos do conhecimento, mas por todas as atividades vivenciadas pela escola. Tais temas correspondem as questões relevantes e contemporâneas - direitos humanos, prevenção ao uso indevido de drogas, orientação sexual, exclusão social, fome, segurança, etc. As escolas podem trabalhar ainda com temas que respondam a questões sociais da comunidade, de

objetivos integradores, temas geradores, etc.

Como sugestões metodológicas, podemos assinalar: a pesquisa de campo, na qual os alunos, buscando as informações sobre o bairro, seus costumes, seus valores, as formas de sobrevivência, etc, exercitam a expressão oral e escrita, entrevistando moradores, registrando dados, elaborando gráficos, maquetes; analisam questões com base nos dados coletados, confrontando conclusões obtidas por diferentes séries; integram conteúdos, na medida em que as conclusões apresentadas envolvem conhecimentos gerais que contemplam as áreas de matemática, ciência, saúde, ecologia, organização social, formas de produção, trabalho, economia, utilização e modificações do estado físico, características culturais, níveis de escolaridade, etc. As conclusões são apresentadas por meio de comunicações orais e escritas, em seminários que envolvem toda a escola e comunidade.

Outro procedimento didático que pode ser utilizado com sucesso são as oficinas pedagógicas, durante as quais o grupo de professores planeja e desenvolve atividades de ensino que integram todas as séries, viabilizando uma dinâmica na qual alunos e professores trabalham os diversos componentes curriculares num ambiente estimulante e agradável.

6) O processo de avaliação

Para a Escola Candanga, o processo de avaliação numa perspectiva democrática e popular visa superar o ato de medir quantitativamente resultados esperados, o que acaba sempre por confundir o mais importante com o mais mensurável. Para nós, a avaliação ultrapassa o caráter classificatório que leva a excluir ou sentenciar, aprovar ou reprovar.

A avaliação, tal como a concebemos, é abrangente porque contempla tantas questões ligadas estritamente ao processo ensino/aprendizagem, como às que se referem à organização do trabalho escolar, à função

socializadora e cultural, à formação das identidades, dos valores, etc., enfim, ao Projeto Político-Pedagógico da escola.

Assim, não mais procede pensar-se que o único avallado é o aluno em seu desempenho cognitivo. A Avallação é um processo formativo e contínuo.

O processo de avallação vai, assim, além do aspecto meramente quantitativo e se define, sobretudo, em relação ao aspecto qualitativo.

A compreensão de uma nova atitude em relação à avallação vai sendo construída de diferentes maneiras. O envolvimento dos pais no processo de reflexão, juntamente com os professores, é uma delas. Para tanto, a escola pode utilizar recursos vários, como um boletim Informativo no qual contém os critérios utilizados na avallação dos alunos; o parecer do professor a respeito das construções de conhecimentos e atitudes do aluno no período em questão; espaço para que os pais possam escrever, expressando sua opinião sobre a escola, o ensino ou o processo de desenvolvimento de seu filho. Dessa forma, a escola está criando situações que levam os pais a participar efetivamente da proposta pedagógica, falando, opinando, avallando e escrevendo.

Um outro aspecto importante é o de que o estabelecimento de critérios para a avallação do aluno deve estar estretamente vinculado à organização curricular. Baseado nos conceitos definidos para cada série e nos critérios gerais a eles referidos, o professor elabora sua proposta específica, considerando as características próprias do grupo em que atua. Surgem daí os critérios para avallação nas dimensões cognitivas, afetiva e motora, considerando-se as possibilidades e os limites de cada turma e a individualidade de cada aluno.

Por fim, podemos concluir que as relações educativas que ocorrem no cotidiano escolar são amplas,

complexas e estão em permanente construção/reconstrução, pois a dinâmica do processo histórico faz com que as construções de um tempo e de um lugar determinados sejam sempre provisórias. Entretanto, o trabalho coletivo, o comprometimento, o enraizamento da escola em sua realidade, a explicitação da intencionalidade política e a abertura da escola à participação são ingredientes necessários à construção de um projeto político-pedagógico: elementos que dão sustentação a práticas comprometidas e conseqüentes.

Elementos para construção do Projeto Político-Pedagógico

1- Fundamentação teórica

Envolve filosofia e metodologia. É o fio norteador que permeia todo o projeto. Deve conter a visão da Escola dentro do contexto no qual ela está inserida (cidade/mundo), bem como a sua relação com a comunidade. É necessário que se defina "a escola que temos e a escola que queremos". Necessita ser coerente com os princípios políticos-pedagógicos da Escola Candanga.

2- Justificativa

Apresentação da realidade escolar que permita visualizar a extensão do problema (diagnose) indicando alternativas de solução e os benefícios a serem alcançados com a execução do projeto.

3- Diagnóstico

Implica numa reflexão coletiva a respeito da escola e do seu contexto. É o levantamento das situações

problemas com dados concretos.

4- Clientela alvo

É o aluno.

5- Propostas de soluções

Devem ser claras e que permitam atingir os objetivos desejados.

6- Metas

É necessário que sejam colocados de forma simples e direta, indicando como se pretende desenvolver a diretriz mais geral.

7- Objetivos

Geral: Expressar, em termos amplos, o resultado final que se pretende atingir com a execução do projeto.

Específicos: É o detalhamento do objetivo geral, traduzindo o que fazer para atingir o resultado final pretendido.

Os objetivos precisam ser coerentes com as partes e o todo do projeto.

8 - Metodologias de avaliação (acompanhamento)

É importante acompanhar-se o desencadeamento das ações, atento às questões:

O projeto é de todos?

Que mudanças ocorrerão na escola? E na sala de aula?

Como percebê-las na atuação dos profissionais, dos pais, principalmente, dos alunos?

As rotinas de trabalho na escola será mais produtiva? (Conselho de classe, reuniões de pais e professores, etc).

A comunicação entre as pessoas da Escola será de melhor qualidade?

9- Cronograma

Tempo previsto para executar as ações, a curto,

médio e longo prazo.

10- Recursos materiais

O que dispomos e o que nos falta?

11- Recursos Humanos

Quais os recursos humanos necessários?

Que necessidades de capacitação são prioritárias?

12 - Responsabilidades/Parcerias

Defina responsabilidades na execução das ações, com base no compromisso assumido pelo grupo.

13- Orçamento (se for o caso)

Cálculo do custo de cada aluno atendido com recursos materiais e humanos.

Custo total do projeto.

Exemplo: Verificar custos com professores, servidores, utilização de espaços físico, material didático, bibliografia, material de consumo, equipamentos, transporte, alimentação e outros.

CONCLUSÃO

Do que foi dito deduz-se que a elaboração do Projeto Político-Pedagógico constitui-se num elemento orientador cujos objetivos são assumidos, coletivamente, pela comunidade escolar em cada unidade de ensino.

Outro elemento importante é que a organização do trabalho pedagógico contribui, também, para que o corpo docente identifique suas necessidades de qualificação, o que, sem dúvida, influencia a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Uma ação dessa natureza implica sérias e consistentes mudanças na organização do trabalho pedagógico na escola.

Entretanto, sabemos que são necessárias algumas condições objetivas para que esse coletivo se articule. Entre essas condições, julgamos ser a Coordenação Pedagógica o espaço adequado para encontros sistemáticos do corpo docente, no qual os professores possam analisar a prática pedagógica e propor alternativas para uma nova qualidade na educação.

Defendemos que é importante existir, nas escolas, um espaço no qual a discussão, a reflexão e a problematização da prática pedagógica resultem na construção de um projeto verdadeiramente coletivo da ação docente e que tenha como consequência a sua avaliação e constante atualização numa perspectiva transformadora.

Bibliografia

1. **CADERNOS PEDAGÓGICOS**. Encontro de verão: textos básicos. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, nº 5, maio de 1995.
2. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL. Departamento de Pedagogia. **Escola Candanga: uma lição de cidadania**. Brasília, 1995. (Cadernos da Escola Candanga. Série fundamentos político-pedagógicos, 1).
3. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL. Departamento de Pedagogia. **Coordenação pedagógica**. Brasília, 1996. (Cadernos da Escola Candanga. Série Diretrizes Operacionais, 1).
4. MARQUES, Mário Osório, GADOTTI, Moacir, MIRANDA, Laura Vasquez de et al. **O projeto pedagógico da escola**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1994. (Cadernos Educação Básica. Série Atualidades Pedagógicas, 9).
5. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.